



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS MEMBROS DA PONTIFÍCIA ACADEMIA
DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Sexta-feira, 30 de Abril de 2010

Estimados membros da Academia!

É-me grato saudar-vos no início da vossa décima sexta sessão plenária, dedicada a uma análise da crise económica global, à luz dos princípios éticos contidos na doutrina social da Igreja. Agradeço à vossa presidente, Professora Mary Ann Glendon, as suas amáveis palavras de saudação, enquanto lhe transmito os meus sinceros bons votos pela fecundidade das vossas deliberações.

Como sabemos, a crise financeira mundial demonstrou a fragilidade do actual sistema económico e das instituições que lhe estão vinculadas. Demonstrou inclusive o equívoco da convicção de que o mercado é capaz de se regular sozinho, separadamente da intervenção pública e sem o apoio dos critérios morais interiorizados. Esta convicção está alicerçada numa noção depauperada da vida económica, como uma espécie de mecanismo que se autocalibra, orientado pelo interesse próprio e pela busca do lucro. Como tal, ignora a natureza essencialmente ética da economia como uma actividade *de e para* os seres humanos. Em vez de ser uma espiral de produção e de consumo, em vista de necessidades humanas definidas de forma limitada, a vida económica deveria ser vista oportunamente como um exercício da responsabilidade humana, orientado de maneira intrínseca para a promoção da dignidade da pessoa, para a busca do bem comum e do desenvolvimento integral político, cultural e espiritual dos indivíduos, das famílias e das sociedades. Um apreço por esta dimensão mais plenamente humana exige, em contrapartida, precisamente o tipo de investigação e de reflexão interdisciplinar que agora a presente sessão da Academia empreendeu.

Na minha Carta Encíclica *Caritas in veritate*, observei que "a crise actual obriga-nos a projectar de

novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e a encontrar novas formas de empenhamento" (n. 21). Naturalmente, projectar de novo o caminho significa também ter em consideração os padrões compreensivos e objectivos mediante os quais julgar as estruturas, as instituições e as decisões concretas que guiam e orientam a vida económica. Fundamentada na sua fé em Deus Criador, a Igreja afirma a existência de uma lei natural universal, que é o derradeiro manancial de tais critérios (cf. *ibid.*, n. 59). No entanto, ela está igualmente convencida de que os princípios desta ordem ética, inscrita na própria criação, são acessíveis à razão humana e, como tais, devem ser adoptados como fundamento para as escolhas práticas. Como parte da grande herança da sabedoria humana, a lei moral natural, que a Igreja assimilou, purificou e desenvolveu à luz da revelação cristã, serve como farol para orientar os esforços dos indivíduos e das comunidades para buscar o bem e evitar o mal, enquanto dirige o seu compromisso em prol da edificação de uma sociedade autenticamente justa e humana.

Entre os princípios indispensáveis que plasmam uma semelhante abordagem ética integral da vida económica, devem estar a promoção do bem comum, alicerçada no respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhecida como finalidade primária dos sistemas de produção e de comércio, assim como das instituições políticas e do bem-estar social. Nos nossos dias, a preocupação pelo bem comum tem adquirido uma dimensão mais acentuadamente global. E torna-se também cada vez mais evidente que o bem comum inclui a responsabilidade pelas gerações vindouras; por conseguinte, a solidariedade intergeracional deve ser reconhecida como o critério ético fundamental para julgar qualquer sistema social. Estas realidades indicam a urgência de fortalecer os procedimentos governamentais da economia global, todavia com o devido respeito pelo princípio de subsidiariedade. Mas no fim, todas as decisões e políticas económicas devem ser orientadas para a "caridade na verdade", uma vez que a verdade preserva e veicula o poder libertador da caridade nos acontecimentos e nas estruturas humanas, sempre contingentes. Pois "sem verdade, sem confiança e sem amor pelo que é verdadeiro, não há consciência nem responsabilidade social, e a actividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade" (*Caritas in veritate*, 5).

Dilectos amigos, com estas considerações exprimo mais uma vez a minha convicção de que esta sessão plenária contribuirá para um discernimento mais profundo dos sérios desafios sociais e económicos que o nosso mundo deve enfrentar, e ajudará a indicar o caminho em frente para responder a tais desafios num espírito de sabedoria, justiça e humanidade autêntica. Asseguro-vos mais uma vez as minhas preces por esta obra importante, e sobre vós e os vossos entes queridos, invoco cordialmente as Bênçãos divinas da alegria e da paz.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana